

FRANCA



simpósio dos professores  
universitários de história

3 · 7 DE NOVEMBRO, 1965

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS  
DE FRANCA.

Associação dos Professores Universitários de História.

ANAIS .

FRANCA

1966

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA DA  
INDÚSTRIA DO CALÇADO DE FRANCA:  
SUAS BASES ARTESANAIS E O  
IMPACTO TECNOLÓGICO.

**Alfredo Henrique Costa (\*)**.

**EXPLICAÇÃO.**

A presente comunicação ao III Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História não tem a pretensão de ser um trabalho completo. Mas é inédito. Valerá mais como uma demonstração de boa-vontade. E não visa a outro objetivo senão o de marcar, com modesta contribuição, a presença despretensiosa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca em um conclave que reúne o que de mais representativo possui o magistério superior do Brasil, no campo da História.

Ao Autor não são desconhecidas as falhas do trabalho. Confessa, todavia, que não pôde evitá-las. As suas limitações pessoais, acrescentou-se a escassez de tempo material. O estudo dependia de pesquisas, face à quase inexistência de fontes bibliográficas. O III Simpósio estava próximo. A busca de informes foi feita como o permitiram as circunstâncias. Uma pesquisa iniciada em setembro último pela profa. Maria Ignez F. Vilhena, sobre a situação atual da indústria de calçados de Franca, não foi ainda concluída (nem poderia sê-lo em tão exiguo lapso de tempo), mas forneceu-me elementos que reputo necessários para a compreensão do vertiginoso progresso que alcançou, nos últimos anos, êsse ramo de atividade. Confesso-me grato pela valiosa cooperação que me emprestou aquela professora, franqueando-me os dados recolhidos por seus alunos do Curso de Geografia. Agradeço, também, ao acadêmico Ivan Vieira, do Curso de Geografia, que se encarregou dos gráficos ao final incluídos, e aos meus alunos do Curso de História, que, constituídos em pequena e laboriosa equipe, pesquisa-

(\*). — Professor da Cadeira de História das Idéias Políticas e Sociais da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Franca (Estado de São Paulo).

ram no Museu Histórico do Município livros e documentos referentes a mais de um século da vida de nossa comunidade. São êles: Irmã Élide Ropelato, Elenice M. Trócoli, José Chiachíri Filho, Rosa M. Trócoli, Sônia Maria M. Sandrin e Terezinha Badan Malheiros.

Não gostaria de encerrar esta explicação — “prefácio” pouco adequado a uma comunicação ao III Simpósio — sem dizer, com sinceridade, que apreciarei devidamente quaisquer críticas, mesmo impiedosas, feitas pelos cultos e experimentados participantes dêste conclave. Estou convencido de que tais críticas têm um alto sentido orientador e me ajudarão a encontrar veredas capazes de me possibilitar, de futuro, o cumprimento de tarefas como esta, para a qual hoje me apresento tão falto de engenho e de recursos.

\*

## I. — INTRODUÇÃO.

A qualquer estudioso de assuntos econômicos causa estranheza ter florescido em Franca uma indústria como a de calçados, cujos produtos, por sua qualidade, aparência e metucioso fabrico, conquistaram posição de inegável realce no parque industrial de nosso país e da América Latina. A um economista, não passaria despercebido o fato de achar-se esta cidade longe das fontes abastecedoras de matéria prima e secundária, longe dos mercados consumidores e dos centros fornecedores de maquinaria especializada. Por outro lado, não dispõe Franca de energia barata e de fornecimento adequado, nem de facilidades tributárias ou custo de vida moderado para as classes obreiras; e, quanto aos transportes, até bem pouco tempo eram precários: a velha e morosa Mogiana não é nenhum modelo de eficiência ferroviária e a via pavimentada, ligando-nos à Capital do Estado, só em data recente foi concluída. Assim, das oito condições básicas para a existência de indústrias, de que nos fala J. A. Whitlow (1), apenas uma existia em Franca: mão-de-obra adequada.

Mas essa mão-de-obra, grandemente responsável pelo surto de desenvolvimento da fabricação de calçados nos últimos decênios, não teria existido sem a ocorrência de qualquer outro fator que, em época remota embora, propiciasse seu aproveitamento e melhoria. A verdade é que, em princípios do século passado, esta região tinha na pecuária sua atividade

(1). — “Condições Básicas para a Existência das Indústrias” in revista *Engenharia*, São Paulo, edição de março de 1944.

predominante, o que talvez responda pela perda de larga área de terra francana em favor de Minas Gerais, quando os marcos divisórios foram arrancados pela gente de Jacuí e recuados até o Ribeirão das Canoas, em 1816, provavelmente para atender aos interesses do Vigário de Jacuí, pecuarista na região limítrofe. E' o que nos dá a entender a queixa da Câmara de Franca em 1860, quase meio século depois, atribuindo a perda da freguesia do Aterrado a

“artes e conveniências de dois representantes da Santa Madre Igreja, um deles com criação de gado na fronteira...” (2).

E Afonso de Carvalho, em seu rebuscado estilo de cronista-historiador, afirma que, entre os anos de 1828 e 1838,

“bem ativas e bem prósperas andavam a indústria fabril e a indústria pastoril, como se porfiadas fôsem no empunhar o cetro da atividade do município”. A indústria fabril era atestada pelo “rumor contínuo dos teares”, mas o cronista mencionava também o “gado arisco franqueiro”, definindo-o como “grandes rês de pontiagudas e largadas armas, abaladas e urrantes” (3).

Por essa época, já o fisco municipal fazia sentir sua presença o art. 2 do Código de Posturas de 1831 impunha a

“todo aquê que da província de Minas Gerais exportar para êste município ... mantimentos, marmelada, fumo, águas ardentes (sic), sola, couros e porcos” (4).

E o art. 185 autorizava a Câmara a cobrar,

“além dos impostos concedidos por lei provincial”, 400 réis “por oficina de sapateiro, seleiro” (§ 13) e 500 réis “por fábrica de cortume” (§ 25) (5).

Embora ainda esteja por ser feito o estudo dos ciclos econômicos do município de Franca (há pouco sugerido pelo prof.

---

(2). — Corrêa Jr. (Carmelino), “A Sentinela do Nordeste Paulista”, in *Franca em Revista*, Ed. Comércio da Franca, 1960, pág. 154; Carvalho, (Afonso), “Franca-Esbôço de História e Costumes” in *Comércio da Franca*, edição do 1.º Centenário, 1.º. 5. 1956, pág. 6.

(3). — Carvalho (Afonso), *op. cit.*, pág. 7.

(4). — *Posturas da Câmara Municipal da Franca*, de 1831, no Museu Histórico do Município. As multas eram de mil e quinhentos réis para cada cargueiro de sola, quinze mil réis para cada carro e 200 réis para cada couro mineiro...

(5). — *Ibidem*, capítulo 12.

Eurípides Simões de Paula à profa. Maria Ignez de Freitas Vilhena), parece não haver dúvida de que a abundância de gado existente na região propiciava farta matéria prima às “fábricas de cortume” e aos ofícios de seleiro e sapateiro.

Quase meio século depois (1875), a Câmara cobrava imposto, extorsivo para a época, de 50 mil réis de cada negociante de calçados, “tanto nacionais como estrangeiros”, o que faz presumir a rentabilidade do ramo (6).

A predominância das atividades pastoris parece ter sido mantida até fins do século passado, quando a produção de café, em cuja vanguarda se encontravam os elementos mais dinâmicos da burguesia nacional, deu formação a uma nova classe dirigente (7).

## II. — AS BASES ARTESANAIS.

Compreende-se facilmente que tem tradição secular o artesanato de calçados em Franca. Suas mais antigas fontes, encontradas no Museu Histórico do Município, datam de 1850: são o livro de “Matrícula dos Guardas Nacionais da Reserva”, em que os bem intencionados “Guardas” são registrados, de 1850 a 1864, com menção de nome, estado civil, profissão e renda, divididos pelos quarteirões de seus domicílios. Ali encontramos nada menos de 17 artesãos (12 sapateiros, 4 seleiros e um trançador) e havia quarteirões onde estavam estabelecidos três dêsses oficiais em cada um dêles, como acontecia com os quarteirões do Ouvidor, do Rosário e do Chapadão. Êsse número se mantém, com ligeiras alterações quase sempre para mais: em 1851, vinte oficiais; 1860, quinze; 1861, dezenove; 1862, trinta e dois; 1864, dezessete; e 1865 (último ano do registro), vinte e seis (8). Digna de nota a concentração dêsses profissionais: em 1860, havia sete dêles somente no quarteirão da praça “Santa Figênia” (sic), todos registrados como sapateiros, além de três seleiros. Ao todo, dez oficinas numa só quadra!

Em 1862, o quarteirão do Ribeirão Corrente leva a palma com oito sapateiros, todos jovens, um dos quais, solteiro de

(6). — Posturas da Câmara Municipal da Franca do ano de 1875, n.º 1093, Museu Histórico do Município.

(7). — Furtado (Celso), Formação Econômica do Brasil, Ed. Fundo de Cultura, 1961, pág. 135.

(8). — Matrícula dos Guardas Nacionais da Reserva, catalogado sob n.º 991 no Museu Histórico do Município, fôlha 6 e seguintes. A matrícula para o “serviço ativo” era feita pelo “Concelho de Qualificação da Paróchia”, em virtude “da lei n.º 602, de 19-9, e instruções de 25-10-1850”.

22 anos e os demais, com idades variando de 23 a 39 anos. Em 2.º lugar vinha o quarteirão da “Praça da Alegria”, com seis oficiais, também jovens: 21 a 33 anos.

Conceituamos artesanato como sendo o ofício desenvolvido por artífices que são proprietários, “não só dos utensílios, mas também da matéria prima” e que “vendem, não o seu trabalho, mas o produto de seu trabalho”, com mercado estritamente local, embora possam, eventualmente, trabalhar por antecipação. Isto implica numa exploração autônoma, vivendo o artífice, trabalhador especializado, não apenas do próprio produto do trabalho, mas também do lucro que obtém na troca (9).

Tal método de produção vigorou em Franca até a 3a. década deste século, com exceção de uma experiência de maquinização feita por volta de 1921, como mais adiante veremos. Até então, usavam-se pregos e os seguintes utensílios de trabalho, conservados, com pequenas variantes, até a década de 30: faca, martelo, torquês, alicate, lamparina a álcool, ferro-de-polir, “giga” (para polir o lado da sola) e “retrombon” (ou “trombon”), para polir o salto (10).

Em que teria influído a mão-de-obra estrangeira na formação desse artesanato? A resposta é simplesmente esta: em nada! O estudo da situação existente até quase o final do século passado nos leva a concluir, com segurança, que o sapaiteiro estrangeiro (o italiano, especialmente) em nada contribuiu para o aprimoramento profissional dos velhos artesãos brasileiros, simplesmente porque esse estrangeiro não aparece em Franca senão depois de 1890. Ou, mais precisamente, somente a partir de 1893. No rol dos contribuintes do impôsto de Indústrias e Profissões do exercício de 1892 (o mais antigo encontrado no Museu Histórico local), o elemento estrangeiro prima pela ausência. Desfaz-se assim a idéia, até agora conservada, de que o artesão italiano contribuiu, com sua “técnica” e sua dedicação ao trabalho, para aprimorar no ofício o elemento nacional, em constante atividade, como vimos, antes da primeira metade do século passado.

O trabalhador italiano terá vindo para cá depois da formação (ou durante ela) das lavouras de café, iniciadas em

---

(9) — Nogaró (Bertrand), *Cours d'Economie Politique*, ed. Cosmos, 1951, pág. 184.

(10) — Entrevista concedida ao autor pelo sr. Miguel Sábio de Melo, antigo artesão, atualmente diretor-presidente de Calçados Samélio S.A., principal indústria francana do ramo.

Franca posteriormente a 1896, ano em que o sr. Bernardo Avelino de Andrade trouxe para nossa região duas pequenas mudas de café, com que se iniciou aqui a cultura dessa rubiácea (11). Pouco ponderável até 1875, a emigração italiana ganha alento em 1876 e, já no ano seguinte, supera a portuguesa, que não chegou sequer à casa dos oito mil indivíduos, contra mais de 13.000 italianos somente no ano de 1877 (12).

Como ainda agora acontece com nossos patrícios, o italiano, antes empregado nas lavouras de café, deixava o campo para “aprender ofício” na cidade. Ainda hoje, o campo fornece a maior parte da mão-de-obra empregada em nossas indústrias. Mas o italiano, sadio e trabalhador, galgaria posição de destaque no artesanato de calçados, chegando a cerca de 50% dos oficiais existentes em Franca no começo do século (2 italianos para um total de 11 artesãos em 1893; três num total de oito, em 1898; oito num total de dezessete, em 1903; nove em vinte e dois em 1905; e seis em doze, em 1912) (13).

### III. — A PRODUÇÃO EMPRESARIAL.

Em 1901, ingressa no rol dos contribuintes do impôsto de “Indústrias e Profissões”, como simples “carreiro”, um homem que, por seu espírito de iniciativa, irá ter enorme importância no desenvolvimento da produção de calçados: Carlos Pacheco de Macedo. Seu progresso econômico é quase meteórico e guarda alguma semelhança com John Law, no 1.º quartel do século XVIII. Em 1903, já figura Carlos Pacheco na rubrica de “arreios e couros”, com firma individual, e como sócio de Macedo & Cia. Seu impôsto inicial de dez mil réis atinge agora, 2 anos depois, 70 mil réis para cada organização. Sete anos mais tarde, em 1910, a produção de Franca era de 25.696 botinas em suas 18 fábricas, e dessa produção cabiam à razão social Carlos Pacheco & Cia. mais de 60%, isto é, 16.594 pares. Numa produção global de chinelos de 11.331, cabiam-lhe 8.660 pares; portanto mais de 75%. O im-

---

(11). — Ribeiro (dr. Jonas Deocleciano), “O café, sua origem, suas lendas e marcha para o Ocidente”, in *Comércio da Franca*.

(12). — Prado Jr. (Caio), *História Econômica do Brasil*, ed. Brasiliense, 1945, pág. 199.

(13). — Contribuintes de “Indústrias e Profissões”, no *Museu Histórico do Município*, relativo aos exercícios de 1892 a 1912.

pôsto despendido na selagem dos produtos montou 7 contos e 137 mil réis (14).

Em 1918, adquire e remodela o Cortume Progresso, fundado em 1906 pelo padre Alonso Ferreira de Carvalho (15), e em 1921 transforma em moderna fábrica de calçados sua antiga selaria e sapataria. Importou da Alemanha todo maquinário capaz de efetuar praticamente quase tôdas as operações ainda hoje necessárias: pontiar, alisar sola, pregar salto, frisar, abrir fendido, fechar fendido, lixar sola, lixar salto, “arunhar” saltos (tirar-lhe o excesso da borda), “gigar” e balançim. E enviou um empregado de confiança — o sr. Hercílio B. de Avelar, hoje diretor da Calçados Peixe S. A. — ao Rio de Janeiro para aprender a lidar com a moderníssima maquinaria (16).

Sua indústria passou então a funcionar como uma unidade empresarial de produção, como uma unidade técnica formada de empregadores e assalariados, em que o operário desempenha uma tarefa bem definida, “mas que tem de ser completada por outrém”, formando o produto de trabalho um todo na obra comum da produção (17). Seus produtos — Calçados “Jaguar” — tiveram renome em longínquos mercados, até 1924, quando drástica retração da demanda levou sua organização ao colapso financeiro, por lamentável incompreensão de alguns credores, incapazes de perceber as possibilidades de reerguimento da fábrica “Jaguar”. Ficou inativo o precioso maquinário de 1925 a 1927, quando foi arrematado em hasta pública por elementos que vieram a constituir a firma Honório & Cia., antecessora da já mencionada Calçados Peixe S. A., atualmente em pleno desenvolvimento.

#### IV. — O IMPACTO TECNOLÓGICO.

O mal sucedido pioneirismo de Carlos Pacheco de Macedo levou as emprêsas a continuar por mais 10 anos nos velhos métodos de produção quase totalmente manual, com o uso do prego e da banqueta. Mas, por outro lado, liberou preciosos elementos de produção, treinados na fábrica “Jaguar”, ele-

(14). — *Almanaque de Franca* editado por Vital Palma em 1912 (impresso nas Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1911), pág. 176.

(15). — “Cortume Progresso, 50 anos de Atividade Industrial”, in *Comércio da Franca*, 1-5-1956, pág. 86; entrevista do sr. Hercílio Batista de Avelar à equipe de pesquisa do 1.º ano de História da Faculdade de Filosofia, em 15-10-65.

(16). — *Entrevista do sr. Hercílio B. de Avelar* (já citada).

(17). — *Nogaro (Bertrand)*, op. cit., pág. 186.



mentos que procuraram sobreviver ou montando suas próprias bancas de sapataria ou associando-se a pessoas de recursos, para prosseguirem na faina produtora.

Por volta de 1936, sofre a produção de calçados um nôvo e agora bem sucedido impacto tecnológico, responsável pelo atual estado de desenvolvimento dêsse ramo fabril. Certo não se pode aceitar integralmente a afirmativa de Irineu Strener, de que

“talvez não fôsse exagêro afirmar que a história do pensamento é também a história da técnica” (18).

Mas, não parece inaceitável a idéia de que

“cada sociedade pode ser considerada como uma hoste de duas espécies de fôrças: as que procuram promover mudança e as que se esforçam por manter o *status quo*”.

Quando planejadores de programas e técnicos especialistas percebem

“a luta entre as fôrças da estabilidade que se encontram em tôdas as culturas”,

então ocorre o mais eficaz desenvolvimento tecnológico dirigido (19). Foi o que aconteceu com a firma A. Lopes de Melo em 1936. O calçado grosso de Franca, o chamado “sapatão”, ainda feito a prego e quase todo manualmente, já não podia enfrentar a concorrência de preços. Os fabricantes locais, em sua maioria, não tiveram outro recurso para baixar os preços senão piorando sensivelmente a qualidade. O papelão foi entrando em lugar do couro e da sola em proporções cada vez maiores na montagem do sapatão. Em consequência, a demanda caiu, face à desmoralização do produto local nos mercados consumidores. Então, a firma A. Lopes de Melo tentou uma saída heróica: a maquinização de sua fábrica. Adquiriu, corajosamente, um equipamento de 17 máquinas de procedência alemã, destinadas a reduzir ao mínimo possível as despesas de mão-de-obra e o custo de produção, graças a um aumento substancial na produtividade. Aí aconteceu o imprevisível: uma organização norte-americana se dispôs a comprar todo o maquinário alemão recém-chegado, para destruí-lo. Em compensação, forneceria o concorrente ianque máquinas novas, de

(18). — “Filosofia e Maquinismo”, in *Desenvolvimento Industrial e Tarefas do Pensamento*, ed. Fórum R. Simonsen, 1959, pág. 39.

(19). — Foster (G. M.), *Traditional Cultures and the Impact of Technological Change*, Ed. Harper & Brothers, N. York, 1962, pág. 61.

alto rendimento, mediante simples aluguel e com garantia de assistência técnica permanente. Concluído o acôrdo e instalado o nôvo equipamento, a produção da fábrica “saltou” para 500 pares diários, então a maior da cidade (20).

O exemplo foi pouco depois seguido pelo industrial João Palermo, logo mais por outros fabricantes, até que a II Guerra Mundial, interrompendo as importações, diminuiu o ritmo renovador do importante ramo. A guerra, todavia, trouxe o aumento da demanda

“depois da guerra, quando o problema da procura efetiva deficiente pareceu ter sido remetido a segundo plano, surgiu outra questão: o desenvolvimento a longo prazo” (21).

Os fabricantes se prepararam para enfrentar, após guerra, o necessário impacto tecnológico, atribuindo-se à tecnologia a finalidade de

“obter os maiores resultados possíveis enfocados de um ângulo material e objetivo”,

para usar a expressão de **Ferdynand Zweig** (22). Objetiva o **homo technicus** à melhor produção, diferindo do **homo economicus**, que visa à produção mais barata (23). Considera, a tecnologia, a relação mútua dos produtos como tais, e não a relação entre homens e produtos, escopo da economia (24).

O vendaval inflacionário, soprando forte, enfunava as velas da esperançosa indústria. Todos pensam em reequipar suas fábricas, em aumentar a produção, em melhorar a produtividade e, em diversos casos, em atrair novos capitais para o ramo. Porque

“melhorar os métodos de produção significa também incorporar recursos ao processo produtivo”.

A economia industrial faz surgir novas oportunidades de inversão e os métodos de produção se tornam cada vez mais capitalísticos. O incremento da produtividade aumenta a renda

(20). — Entrevista do sr. Rafael Púglia Filho, diretor da Fábrica de Calçados Mello (em 28-10-65).

(21). — Robinson (Joan), *Filosofia Econômica*, ed. Zahar, 1964, pág. 97.

(22). — Zweig (Ferdynand), *Economia y Tecnologia*, Editorial América, México, 1944, págs. 17 e 18.

(23). — Zweig, *op. cit.*, pág. 31.

(24). — Zweig, *op. cit.*, pág. 22.

global e, portanto, a expansão do mercado interno (25). Nossos homens de empresa compreenderam isso, em muitos casos intuitivamente. E o pedal do “acelerador” foi firmemente pisado.

Em 1947, o sr. Miguel Sábio de Melo, — trabalhador rural em 1922, que se desloca para a cidade para “aprender ofício”; assalariado até 1927; dono de pequena oficina artesanal de 1928 a 32; sócio de indústria em 32; industrial estabelecido por conta própria e confirma individual em 1934 — em 1947, repetimos, envia dois filhos aos Estados Unidos, os srs. Miguel S. Melo Filho e Osvaldo Melo, para estudarem os aspectos técnicos e comerciais da indústria de calçados. O próprio Miguel S. Melo (pai) e seu filho Wilson S. Melo, êste atual superintendente da indústria Samélllo, vão aos Estados Unidos em rápida viagem de observação às fábricas da grande Nação do norte. Trazem de lá o modelo conhecido por **moccassin**, cuja marca registram no Brasil, um calçado de confecção revolucionária, pois, em vez de ser montado de cima para baixo (isto é, em vez de ser primeiramente pregado o corte no solado), é montado de baixo para cima: prepara-se o solado, pregando-se nêle parte do corte, e, por último, costura-se a mão a parte superior do corte, chamada **pala**. Essa indústria passa a ser olhada com merecido respeito nos grandes centros produtores do país e, na década de 50, passa a renovar mais apressadamente seu equipamento. Os dois jovens diretores que permaneceram estudando nos Estados Unidos regressam em 1952, com novas e importantes idéias sôbre técnica de produção e conquista de mercados.

Nesta altura, o estabelecimento oficial de crédito do país — o Banco do Brasil S. A. — “percebe” que há na cidade, em plena e vigorosa ascensão, um ramo fabril que necessita de créditos. Abrem-se contas para capital de giro, fazem-se contratos de crédito industrial para aquisição de máquinas e construção ou reforma de prédios. Cresce vertiginosamente a indústria de calçados, que em sua maioria abandona a fabricação do antigo sapatão para se dedicar à produção de artigos médios e finos, sempre procurando ligar a antiga habilidade artesanal, já secular, com a produtividade proporcionada pelos novos maquinismos. Sob o aspecto estético, a adoção da chamada “linha italiana” — calçados mais leves e mais belos — integralmente aceita nos mercados, leva os produtos francanos às culminâncias da preferência nacional.

---

(25). — Furtado (Celso), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Ed. Fundo de Cultura, 1961, págs. 151-2.

## V. — A SITUAÇÃO ATUAL.

A situação atual dêsse ramo fabril pode ser resumida numa frase: Franca é o principal centro produtor de calçados finos do Brasil. Quanto ao volume da produção física e ao valor do faturamento, compete com Nôvo Hamburgo, Rio Grande do Sul. Mas, essa cidade gaúcha apresenta produção mais eclética, com alto índice de fabricação de calçados para crianças e senhoras; e mesmo para homens, sua produção de calçados é grande, porém de mais baixo nível de preços e de qualidade.

Esta parte da comunicação é baseada em recente pesquisa feita por alunos do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia de Franca, sob a orientação da profa. Maria Ignez de Freitas Vilhena, da Cadeira de Geografia Regional. A pesquisa abrangeu os 184 estabelecimentos industriais cadastrados em Franca, incluindo pequenas oficinas. Dêsse total, 143 estabelecimentos devolveram os questionários, embora alguns com certas omissões, isto até o momento em que se redigia a presente comunicação. O trabalho da profa. Maria Ignez não está ainda terminado, mas os dados até agora apurados permitiram a elaboração dos gráficos anexos, que nos possibilitam chegar a algumas conclusões.

No 1.º item do questionário, referente à procedência do empresário, de 143 respostas, há 96 indicando a cidade de Franca (67,3%), 28 de outras cidades paulistas (19,7%), 15 de Minas Gerais (10,1%), outros Estados com 0,8% e Exterior com 2,1% (gráfico 1, anexo).

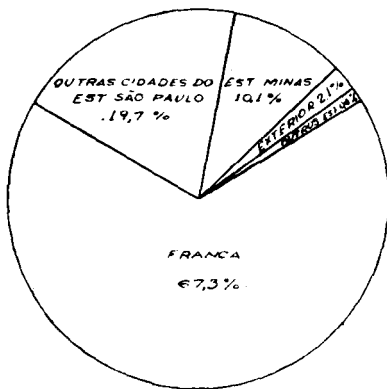
Confirmando a influência do velho artesanato de calçados na atual indústria, a pesquisa do Curso de Geografia, ao indagar qual a atividade que o empresário exercia anteriormente, logrou, entre 138 consultas, 51 respostas indicando a profissão de "sapateiro" (35,7%). Isto significa que mais de um terço da classe patronal do ramo procede do modesto ofício (gráfico 2). Quanto à experiência adquirida anteriormente pelo empresário a resposta é também concludente: 41,3% foram operários de fábricas de calçados (gráfico 4). Dos 143 empresários consultados, 106 não exercem qualquer outra atividade (gráfico 6). Os gráficos 3 e 5 mostram, respectivamente, que 76,9% de nossos estabelecimentos funcionam por encomenda e que somente 34 fábricas, entre 135 pesquisadas, são de construção moderna, contra 101 de construção antiga, embora, destas, 52 tenham sido reformadas (gráfs. 3 e 5).

FACULDADE DE FILOSOFIA DE FRANCA - CURSO DE GEOGRAFIA  
 PESQUISA SÔBRE A INDÚSTRIA DE CALÇADOS - OUTUBRO, 1965

ORIENTAÇÃO DA PROFA. MARIA IGNEZ VILHENA

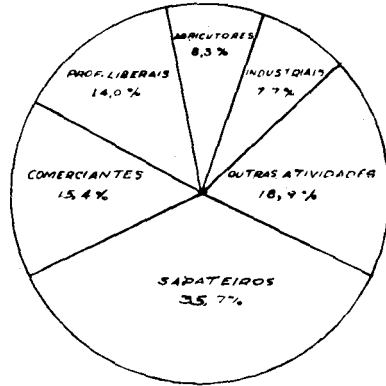
PROCEDÊNCIA DO EMPREGADOR

GRÁFICO 1



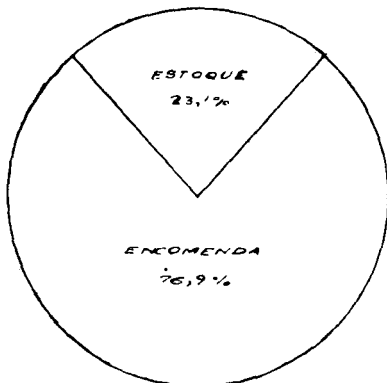
ATIVIDADES EXERCIDAS ANTERIORMENTE PELO EMPREGADOR

GRAF. 2



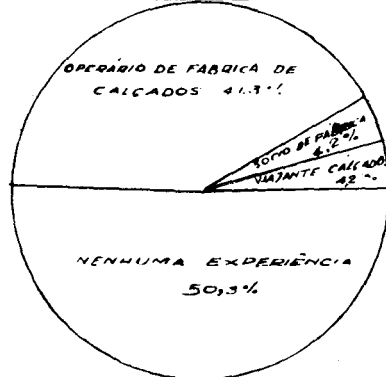
PRODUÇÃO POR ESTOQUE OU ENCOMENDA

GRAF. 3



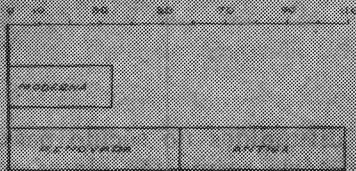
EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS ANTERIORMENTE PELO EMPRESÁRIO

GRAF. 4



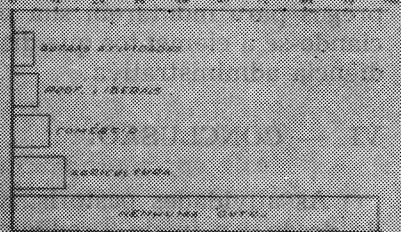
**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS NOVOS E ANTIGOS**

**GRAF 5**



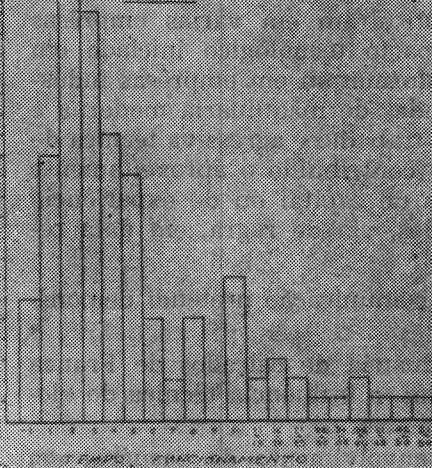
**NÚMERO DE EMPRESÁRIOS QUE EXERCEM OUTRAS ATIVIDADES**

**GRAF 6**



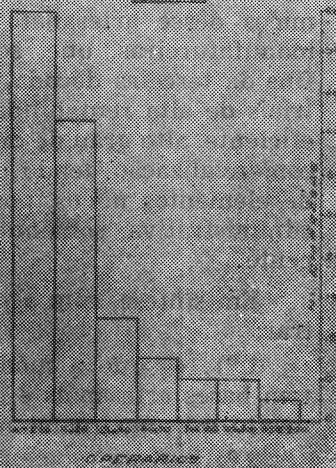
**NÚMERO DE EMPRESAS POR TEMPO DE FUNCIONAMENTO**

**GRAF 7**



**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE OPERÁRIOS**

**GRAF 8**



Creio que se pode também vislumbrar uma influência artesanal ao analisar a situação dos estabelecimentos em relação ao número de operários (gráfico 8): 90 estabelecimentos, entre 129, possuem de 1 a 20 operários, sendo de 60 o número de unidades fabris com 10 ou menos trabalhadores.

O gráfico 7 nos dá uma nítida idéia da “vitalidade” da indústria francana de calçados: 111 empresas, entre 128 pesquisadas, têm 10 ou menos anos de funcionamento, o que pode significar estarem os assalariados deixando rapidamente seus empregos para montarem sua própria empresa, geralmente associando-se a elementos que disponham de capital ou sólida experiência administrativa.

## VI. — CONCLUSÃO.

As atividades pastoris, muito difundidas no século passado desde seu início, produziram matéria prima tão abundante para fabricação de calçados que, a partir do 1.º quartel do século XIX, já se havia formado em Franca um artesanato numeroso, dedicado à produção curtumeira e à fabricação de sapatos e chinelos. Substituída a pecuária, como atividade predominante na região, pela cultura do café, em fins do século passado, a mão-de-obra artesanal, até então exclusivamente brasileira, foi acrescida de imigrantes estrangeiros procedentes do campo e, portanto, desprovidos de qualquer importância técnica. Em princípios deste século, os elementos mais dinâmicos desse artesanato se constituíram em várias empresas manufatureiras, que, sob o impacto tecnológico iniciado em fins da terceira década, se transformaram em empresas industriais de alta rentabilidade, dotadas de maquinaria moderna e eficiente, alto grau de divisão de trabalho e agressiva técnica de comercialização, tendo para isso contribuído o aproveitamento de elementos novos, possuidores de capital ou de experiência administrativa, somente admitidos, via de regra, em data recente.

Em síntese, com a presente comunicação pretendi demonstrar:

1.º). — que a moderna indústria de calçados de Franca tem bases artesanais e que, nestas, a influência técnica do elemento estrangeiro foi nula;

2.º). — que somente o desenvolvimento da pecuária em começos do século passado pode explicar a localização em Fran-

ca de um ramo fabril tão avançado, pela abundância da mão-de-obra decorrente da primitiva abundância de matéria prima;

3.º). — que os elementos mais representativos da atual indústria de calçados, ao contrário do que sempre acontece, provém, em sua quase totalidade, das classes obreiras, e não da burguesia.

\*  
\*   \*  
\*

### INTERVENÇÕES.

Do **Prof. Raul de Andrada e Silva** (F.F.C.L. da U.S.P.).

Inicialmente, louva o Prof. Alfredo Henrique Costa pela novidade da pesquisa por êle iniciada e deseja apresentar-lhe, mais uma sugestão do que uma interpelação, cousa que acredita seja útil para o trabalho em curso. A saber:

O Autor da comunicação referiu-se ao ano de 1850, citando documentação em que se baseou para buscar o início da atividade artesanal, na produção de calçados em Franca. Ora, visitando a excelente exposição de manuscritos — um dos pontos altos da organização dêste III Simpósio — deparou com um documento datado de 1827, intitulado **Tabela do Têrmo da Vila Franca do Imperador** que, forçosamente, deve interessar a pesquisa em andamento. Tal documento divide-se em duas colunas; na coluna à esquerda do leitor, entre os dados e estatísticas concernentes a “oficiais mecânicos”, a cuja atividade o Autor da comunicação atribui, com razão, os primórdios da indústria de calçados, figuram os “çapateiros”, em número de 30, superado apenas pelos 36 carpinteiros. Pareceu-lhe, pois, que a investigação documental em curso deve ser recuada de 1850 para, no mínimo, para o mencionado ano de 1827.

\*

Do **Prof. Ady Ciocci** (F.C. Econômicas “São Luís”, S. P.).

Deseja saber:

1.º). — Como surgiu o “borzeguim” ou “buzeguim” e até que ponto estaria vinculado à contribuição de mão-de-obra italiana para o fabrico do calçado?



2.º). — Pede esclarecimentos sôbre “tecnologia” e “economia”, onde o Autor faz, a seu ver, pequena confusão com “racionalização do trabalho”, cujo fim é:

- a) produzir mais barato;
- b) produzir mais rápido;
- c) produzir melhor.

\*

**Da Profa. Maria Cecília Mauro Freire (F.F.C.L. da P.U. de Campinas, S. P.).**

Diz que o Autor no início de sua valiosa explanação aludiu à ausência de condições econômicas favoráveis ao desenvolvimento da indústria de calçados em Franca no final do século XIX e início do presente, quando a cidade começou a ser uma zona caracteristicamente cafeeira. Nessa época, a cidade contava apenas com uma das condições básicas para o desenvolvimento da indústria em questão, dentre as oito apontadas pelo Autor.

Nessas condições, indaga a que fator se deve atribuir a persistência dos moradores em desenvolver essa atividade, a qual chegou a alcançar as proporções de hoje. Seria apenas o apêgo a uma tradição de trabalho que vinha do início do século XIX, quando as condições econômicas da cidade favoreciam êsse tipo de artesanato, ou teriam atuados outros fatores, tais como o fácil abastecimento de matéria-prima, procedente de Minas Gerais e Goiás, ou o incentivo que a mão-de-obra estrangeira teria trazido a essa atividade?

\*

**Do Prof. Eduardo d'Oliveira França (F.F.C.L. da U.S.P.).**

Afirma que a comunicação do Prof. Alfredo Henrique Costa, ao estudar com segurança o desenvolvimento da fabricação de calçados em Franca, sócio-história das mais caracterizadas, vem confirmar o que tem recomendado que se faça, a viabilidade de trabalhos válidos dessa dimensão histórica. Congratula-se com Franca pelo fato de ter sido apresentada essa comunicação sôbre a história da cidade, sobretudo para que se veja que o desenvolvimento da indústria paulista não é fenômeno exclusivo dos chamados grandes centros, mas que suas dimensões reais têm que ser apuradas como soma do que acontece nos mais inesperados recantos.

Inesperados recantos, disse. Isso o leva a um primeiro pedido de precisão: de início o Autor afirma que houve apenas uma das oito condições — mão-de-obra. Maisadiante, inclusive nas conclusões, acentua a abundância da matéria prima. Sem o dosamento disto, o fenômeno resulta inexplicado. Foi obrigado a concluir pela artificialidade dessa indústria — resultado da inércia econômica de um artesanato, meio ocasional ou de vontade do homem. E fica sem explicar ainda a duração do fenômeno no tempo, inclusive quando o café entrou a absorver os interesses na utilização do solo.

Dois problemas gostaria de ter visto abordado e os aventa como sugestão. O primeiro é relativo à passagem do momento artesanal para o industrial em certa época, e sobretudo em certas condições. Isso coloca a questão da procedência dos capitais que irrompem a subsidiar essa passagem. Quais e como? O artesão enriqueceu?

Uma segunda linha de indagação resultaria da apreciação da indústria em questão, no contexto da vida urbana total. Que papel terá tido? Na fixação de elementos humanos no centro urbano? No crescimento dessa população? Há um capítulo de história demográfica a considerar-se, inclusive em suas conexões com a presença do imigrante. E ainda questões relativas a níveis de vida, e desdobramento de um proletariado urbano, réplica da retaguarda agrária a pedir uma confrontação entre o crescimento urbano global e o florescimento industrial.

\*

Do Prof. Ibrahim Haddad (F.F.C.L. de Franca, S. P.).

Objeta quanto ao conceito de artesanato. Entende que não há necessidade da matéria prima e o produto pertencerem ao artesão. Artesanato é a aplicação da *ars* (arte).

Para reforçar a sua afirmação, diz que nas “casas grandes” os teares eram a nota relevante, já não de artífices livres, mas dos próprios escravos que alimentavam êsses teares com a sua mão-de-obra; porém, não eram senhores, proprietários, nem da matéria prima nem da obra produzida. Entretanto, a sua participação estava implícita no sistema de artesanato, embora o fazendeiro-proprietário não se aplicasse energéticamente aos misteres do artesanato (\*).

---

(\*) — Deixam de figurar as respostas dadas oralmente pelo autor, por não ter o mesmo remetido à Secretaria, por escrito, o que disse nessa Sessão (Nota do organizador dos Anais).